

**SINDEC**  
**EM AÇÃO**  
A FORÇA DO COMERCIÁRIO



## Atualização permanente do piso nacional está na pauta do Senado

O Projeto de Lei da Câmara (PLC 42/07) que trata da política de reajuste do salário mínimo está na pauta do Senado e tem votação prevista para a sessão deliberativa ordinária de terça-feira (25), com início previsto para as 14h. Antes da apreciação desta matéria, o Senado precisa desobstruir a pauta e votar quatro projetos de lei de conversão (PLVs 3, 4, 5 e 6/08), provenientes de medidas provisórias (MPs), e duas MPs (400/07 e 402/07), que têm prioridade de votação e trancam a pauta da Casa. Pelo fato de a pauta do Senado estar trancada pelas MPs, o Governo editou, no dia 29 de fevereiro, uma medida provisória estabelecendo o novo valor do salário mínimo, que passou de R\$ 380 para R\$ 415, o que representa um reajuste de 9,21% (R\$ 35). A MP foi publicada no mesmo dia no Diário Oficial da União em edição extra e o novo valor do mínimo começou a vigorar no dia 1º de março. Acordo Os critérios de reajuste, acertados pelo Governo com as centrais sindicais, seguiram as regras estabelecidas pelo PLC 42/07. De acordo com o projeto, os reajustes do salário mínimo serão antecipados em um mês por ano entre 2008 e 2011, até que a aumento ocorra em 1º de janeiro. Os reajustes do mínimo passam a vigorar, portanto, a partir das seguintes datas: 1º de março de 2008; 1º de fevereiro de 2009; 1º de janeiro de 2010 e 1º de janeiro de 2011. Os parâmetros para o aumento do mínimo correspondem à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurada entre o mês do último reajuste e o mês imediatamente anterior ao reajuste de cada ano. Com o objetivo de preservar o poder aquisitivo do piso, será acrescido ainda percentual idêntico ao do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrido dois anos antes da data de majoração. Na fórmula anterior, o aumento do mínimo levava em conta a inflação mais o PIB per capita. Futuro O PLC 42/07 estabelece ainda que, até 31 de março de 2011, o Executivo encaminhará ao Congresso um projeto de lei que vai tratar da nova política para o salário mínimo no período de 2012 a 2023. A matéria também cria de um grupo interministerial, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, composto por representantes do governo federal, das centrais sindicais de trabalhadores e das representações de empregadores, encarregado de definir e implementar um sistema de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo. Fonte: DIAP

### Mais notícias do período Março de 2008

- \* [Estudantes promovem protesto na Capital](#)
- \* [Varejo usa TV na loja para influenciar a compra](#)
- \* [Lojas Renner premiam as mulheres que se destacam profissionalmente](#)
- \* [Desemprego sobe na região Metropolitana](#)
- \* [Táxis e ônibus na guerra contra a dengue na Capital](#)

# SINDEC EM AÇÃO

A FORÇA DO COMERCIÁRIO



- \* [Comércio gaúcho cresce 8,7%](#)
- \* [Americanas proibidas de abrir nos feriados](#)
- \* [Audiência Pública revisará a gratuidade no transporte coletivo](#)
- \* [Mulher terá delegacias móveis](#)
- \* [Medicamentos vão ficar mais caros](#)
- \* [Plano de saúde não pode ser cancelado durante o aviso prévio de empregado](#)
- \* [Passarelas para automóveis e pedestres ficam prontas em abril](#)
- \* [Produção industrial do RS ficou acima da média nacional em janeiro](#)
- \* [Proposta pode mudar as relações de trabalho](#)
- \* [Receita começa a fiscalizar suspeitos de gastos incompatíveis com a renda](#)
- \* [Parabéns mulheres!](#)
- \* [Entrega do IRPF começa hoje](#)
- \* [Redução da jornada no centro da batalha](#)
- \* [Procon da Capital está em ação](#)

[Notícias](#)